



Anais da Assembléia

Nº 18

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 18 DE MARÇO DE 1993.

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arelindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania
(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 15.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1993
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Basílio Zanusso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, José Alves, José Artur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Neireu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Élio Rusch, Emilia Belinati, João Preis, Luiz Henrique Bona Turra, Namir Piacentini e Renato Adur (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - A Mesa procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

28 Senhores Deputados responderam à chamada.

"Há quórum para prosseguimento da Sessão".

Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIO Nº 46/93

Senhor Presidente.

Impossibilitado de estar presente aos trabalhos parlamentares deste dia 18 de março, nessa Assembléia Legislativa, tomo a liberdade de solicitar de Vossa Excelência a gentileza de apresentar justificativa à minha ausência.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me ao ensejo, apresentar a Vossa Excelência as minhas saudações.

Sala das Sessões, em 18.03.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

OF. ATG 0711/93

Senhor Presidente.

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em reunião ordinária do Órgão Especial realizada no dia 16 de fevereiro último e em reunião extraordinária do dia 5 de março, decidiu, por resolução, fixar os vencimentos de Desembargador do Tribunal de Justiça em magnitude idêntica ao dos Deputados Estaduais, determinando que os efeitos financeiros da Resolução se fizessem sentir a partir de 1º de março deste ano de 1993, conforme publicado no Diário da Justiça do dia 12 de março, à pág. 1 e 3.

A decisão daquele Órgão Especial é flagrantemente inconstitucional, porque extrapola sua competência e usurpa os poderes do Legislativo e do Executivo ao mesmo tempo. Determina o art. 101, I, c, de nossa Constituição Estadual que:

"Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - Propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

c) a criação e a extinção de cargos e a fixação dos vencimentos de magistrados, dos juizes de paz, dos serviços auxiliares e dos juizes que lhe forem vinculados".

"Art. 169 (da Constituição Federal) - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Parágrafo Único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de

pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista".

Isto quer dizer que a fixação dos vencimentos dos magistrados somente poderá ser decidida por lei, que haverá de passar à sanção governamental. Ao descumprir este dispositivo, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná está gerando uma despesa ilegal, com evidente lesão aos cofres públicos.

O órgão do Tribunal de Justiça louvou-se no disposto no art. 27, XI, da Constituição do Estado do Paraná, que é repetição do disposto na Constituição Federal, art. 37, XI, e que dispõe:

"A lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e, nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito." (Constituição Federal)

Assim, mesmo que a interpretação deste dispositivo fosse no sentido de que ele estabelece a equiparação dos vencimentos de Desembargadores e Deputados Estaduais, a própria norma constitucional exige lei. Entretanto, olvidaram-se os membros do órgão especial de ler o dispositivo da Constituição Federal que se segue, o inciso XII do mesmo art. 37:

"XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo."

Está claro que, ainda que pudesse haver a equiparação dos vencimentos de Desembargadores com Deputados Estaduais, esta equiparação seria obra de lei e não de resolução do Tribunal de Justiça. A lei é exigida sempre, em qualquer interpretação ou circunstância. Aliás, não tem sido outro o entendimento dos Tribunais Superiores, quando chamados a decidir sobre a matéria.

Em janeiro de 1991 o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte entendeu de "ajustar o vencimento básico do cargo de Desembargador" por resolução publicada no Diário da Justiça. A Mesa da Assembleia Legislativa daquele Estado ingressou com ação direta de inconstitucionalidade, requerendo medida liminar. A liminar foi indeferida porque não foi demonstrado o prejuízo que teria o Estado e porque não foi solicitado pelo Executivo, mas pelo Legislativo; apesar disso, se reconheceu a relevância do pedido:

"Reconhecida a relevância do fundamento jurídico do pedido, indefere-se o requerimento de medida cautelar por falta de demonstração dos pressupostos de urgência, oportunidade e conveniência". (Ementa do Acórdão.)

O Supremo Tribunal Federal não chegou a julgar a inconstitucionalidade, porque logo em seguida, houve lei fixando os valores dos vencimentos dos magistrados, deixando sem objeto a arguição:

"Os atos normativos impugnados não chegaram a produzir efeitos, pois foram seguidos, em poucos dias, por leis que fixaram vencimentos de igual valor, com o mesmo termo inicial. (...) A ação perdeu, assim, o seu objeto, Julgo prejudicado o pedido." (Despacho proferido em 10 de junho de 1991 pelo Ministro relator Octávio Gallotti.)

Entretanto, foi a decisão proferida no Mandado de Segurança nº 21.165-SP pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal, sendo relator o Ministro Célio Borja, que esclarece a inconstitucionalidade de resolução para aumentar vencimentos ou reajustá-los:

"No sistema constitucional vigente, tanto a isonomia, emergente do art. 39, § 1º, quanto a equivalência, contemplada no art. 37, inciso XI, submetem-se à regra do art. 96, inciso II, alínea "b" e, por isso, dependem de atos de natureza legislativa."

Vale a pena acrescentar o art. 96 da Constituição Federal, citado na ementa acima e que deu fundamento ao art. 101 da nossa Constituição Estadual, já citado:

"Art. 96 - Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169;

b) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os dos juizes que lhes forem vinculados."

Assim exposto, é claro que a Resolução

do Tribunal de Justiça incorre em inconstitucionalidade porque fere o princípio da separação dos Poderes expresso na Constituição Federal, assim como atropela a reserva legal do ajuste de vencimentos meridianamente colocados nas Constituições Federal e Estadual.

A Assembléia Legislativa tem por obrigação constitucional "zelar por sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes (art. 54, XXX). Deve a Assembléia Legislativa sustar os atos normativos que exorbitem a legalidade formal, porque o Poder Público não pode exigir de ninguém nem impor a ninguém atos senão em virtude da lei (Constituição Federal, art. 5º, II).

Sendo assim, solicito da Assembléia Legislativa que, aplicando combinadamente os incisos XXVII, XXX e XXVI do art. 54 da Constituição Estadual, suste o ato do Tribunal de Justiça para que ele não gere efeitos financeiros de difícil e traumática reparação ao erário público estadual.

Certo de que a Assembléia Legislativa tomará esta atitude de guardião das instituições estaduais e das prerrogativas dos poderes constituídos, coerente com sua trajetória de liberdade e democracia, apresento a Vossa Excelência minhas sinceras saudações.

Sala das Sessões, em 19.03.93.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 377

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, seja justificada a sua ausência na sessão plenária do dia 18 do presente mês, face a compromissos imediatos de ordem parlamentar agendados no município de Campo Mourão para essa data.

Sala das Sessões, em 18.03.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO Nº 382

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja constituída Comissão Parlamentar Temporária, na forma do disposto no inciso I do artigo 34 do Regimento Interno, em consonância com o artigo 35 do citado ordenamento, composta por 05 (cinco) membros, com vigência nos trabalhos por 90 (noventa) dias para acompanhar e apresentar alternativas técnica e econômica no que diz respeito ao Acordo assinado pelos Governos da Bolívia e Brasil para a construção do

gasoduto de importação de gás natural.

Sala das Sessões, em 18.03.93.

(a) ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Um dos últimos atos do Governo Collor, foi assinar um acordo com o Governo da Bolívia, para a importação de gás natural daquele País com a execução de uma dutora pela rota Puerto Soarez-Corumbá.

No entanto, tal rota, implica na construção de outra dutora para importar o gás da Argentina, o que é de difícil aceitação tanto pelos argentinos quanto pelos bolivianos que desejam evitar a todo custo que seus produtos percorram desnecessariamente uma distância maior, em território de seus naturais competidores, para atingir o mercado brasileiro.

É inegável que a situação ideal para o Brasil é ter viabilizadas simultaneamente as duas opções de importação buscando assegurar por muitos anos a regularidade e a perenidade do abastecimento, desenvolvendo a integração energética do Cone Sul, com a interligação regional dos produtores e consumidores do combustível do terceiro milênio.

Entretanto, a viabilização (simultânea ou não) dos projetos que interessam aos dois países produtores desenvolver de forma independente, certamente significará a necessidade de um aporte de recursos para investimento muitas vezes superior à viabilização de somente um deles que poderia promover o escoamento da produção dos dois países, já que a maior parte do gás disponível para exportação - noroeste argentino e sul boliviano - se encontram num mesmo "string", a oeste da fronteira com o Paraguai.

A PETROBRÁS, como detentora do monopólio da importação e transporte interno do gás natural, deverá buscar definir que opção significará a entrada do produto no mercado brasileiro ao menor custo, asseguradas a regularidade e perenidade do abastecimento ao país.

Atualmente, as opções de traçados do gasoduto em estudo no Brasil, contemplam a entrada do gás boliviano pela fronteira Puerto Suarez-Corumbá ou por um gasoduto cruzando o território paraguaio entrando no Brasil por Foz do Iguaçu. Esta opção permite que se transporte por um só gasoduto, tanto o gás boliviano quanto o gás argentino a ser produzido na "Cuenca Noroeste".

O estudo que demonstra técnica e economicamente, a melhor alternativa para a construção do gasoduto, do ponto de vista dos interesses gerais do País, é a rota Santa Cruz-Yacuíba-Assunção-Foz do Iguaçu-Curitiba, facilitando ramificações por toda a Região Sul.

O Governo Itamar, contudo, apesar de

todos os alertas, insiste em executar a obra com base na rota escolhida por Col-lor: Santa Cruz-Porto Suarez-Corumbá-Campo Grande-São Paulo que apresenta inúmeros inconvenientes, amplamente analisados no documento (tal rota tenta viabilizar o as-salto às reservas - as maiores do mundo, de 104 milhões de toneladas - de manganês do chamado maciço de Urucum) em meio ao Pantanal Matogrossense, com resultados ca-tastróficos do ponto de vista ambiental.

REQUERIMENTO N° 339

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido do douto Plenário, en-vio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, seja encaminhado para esta Casa, relatório da entrega do Mate-rial Escolar, na Rede Pública, na Capital, por estabelecimento, e no Interior, por Município, se possível, especificando as unidades por cada item.

Sala das Sessões, em 18.03.93

(a) JOAO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

São inúmeros pais de alunos que procu-ram os Gabinetes Parlamentares, reclamando falta de recursos para compra de material escolar, e que seus filhos estão sendo ameaçados de serem impedidos de assistir aula pela falta do mesmo. Entretanto, dias atrás, o Senhor Secretário da Educação, veio a público, orientando, para que cada aluno levasse apenas um caderno e uma ca-neta, uma vez que o material estava sendo distribuído.

Hoje já estamos na 2.^a quinzena do 2.^o bimestre e continua a falta de material na maioria das escolas públicas.

O SR. PRESIDENTE - (Hermas Brandão) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana que passou a Assembléia Le-gislativa, este Plenário, aprovou uma Co-missão externa, suprapartidariamente, sen-do que, dois Deputados de cada Partido de-veriam compor esta Comissão, para que ela comece então a trabalhar, organizadamente, no Estado do Paraná, para discutir o ple-biscito de 21 de abril.

Eu entendo que os Deputados Estaduais poderiam, organizadamente, dividir-se em microrregiões no Estado, discutir com a sociedade civil, para poder contribuir com o plebiscito de 21 de abril.

Apesar do erro de termos antecipado o plebiscito, agora é preciso que as lide-ranças políticas se empenhem em discutir com a sociedade. Porque o que queremos é

que em 21 de abril, o eleitor ao se diri-gir à urna para votar, o faça com consciência. E para isso depende das lide-ranças políticas de nosso Estado.

Quero então fazer esta convocação aos Srs. Deputados, às lideranças dos Partidos que compõem esta Casa, para que indiquem dois nomes para que então possamos traba-lhar organizadamente, cada Deputado em sua região, para que possamos discutir, am-pliar o debate e fazer com que a população vote com a maior consciência possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Hermas Brandão) - No Pequeno Expediente, Deputado Luiz Car-los Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ponta Grossa ultimamente vem recebendo por parte da Segurança Pública do Paraná, a presença mais efetiva daquilo que era reclamado e de direito há muitos e vários anos.

Desde a nossa época, como Prefeito da cidade, Ponta Grossa historicamente muito contribuiu com o Estado do Paraná, com a Nação Brasileira, e quase nada de volta ali era entregue em termos daquilo que Ponta Grossa contribuía.

Ponta Grossa reclamava de uma nova de-legacia que nós, quando Prefeito, desapropriamos aquele terreno onde hoje está edi-ficada àquela obra reclamada. Ponta Grossa carecia e hoje possui aquele minipresídio lá em Santa Maria e onde abriga todos os pré-condenados e à disposição dos juízes de nossa comarca e das comarcas vizinhas para que ali estejam recolhidos. Ponta Grossa está recebendo o IML e nós, aqui neste dia, reconhecemos que alguma parte que devia à nossa cidade o Estado do Para-ná está se devolvendo.

Recentemente a maior crise por que passava a Segurança de Ponta Grossa era uma crise por onde os delegados que por ali passaram historicamente como o Delega-do Hildebrando de Souza, Emílio Buzorecky e outros delegados, num sentido imparcial em todos os pleitos realizados em nossa cidade, demonstravam que tinham como tive-ram condições de dar a segurança e tran-qüilidade à nossa população.

Recentemente ali estiveram outros de-legados que, infelizmente, não se coaduna-ram com aquele exemplo do passado que de-ram aqueles dignos delegados mencionados.

E agora recentemente, quando lá esteve por vinte e poucos dias o delegado que iria dar a Ponta Grossa tudo aquilo que ela necessitava, infelizmente, por motivos alheios a sua vontade, veio novamente a ser substituído.

E agora nesta semana, investido nas

funções de novo delegado de Ponta Grossa, lá se encontra um dos membros do Quadro da Polícia Civil, oriundo da antiga escola desta mesma Polícia.

Não poderíamos nós, o Deputado Djalma de Almeida César, o Deputado Luiz Carlos Zuk e outros assentados nesta Casa, fugir da responsabilidade que cabe da nossa parte representativa. Por isto entramos hoje, para auxiliar ainda mais o atual delegado que lá se encontra investido nas funções de atender a 13.^a Subdivisão, requerendo ao Sr. Moacyr Favetti as condições de viaturas, de armas, de pessoal e de equipamentos para que possa desempenhar melhor frente àquela Subdivisão o Delegado Ajuz.

Pego aos Srs. Deputados e ao Sr. Presidente que junto com esta atribuição que requeremos, também seja estendido o que o Governador Requião ofereceu à nossa cidade, depois dos reclamos dos representantes, que são as casas em parceria.

Autorizou S.Exa. o Governador na manhã da última terça-feira a construção de quatrocentas casas em parceria, dando uma amostra à nossa cidade que, desde 1982, depois que passamos pela Prefeitura não se conseguia construir casas no valor da prestação de 20% do salário mínimo.

Agora S.Exa. o Governador determinou que, numa experiência básica, quatrocentas novas unidades fossem ali assentadas, dando mostra de que quem tem vontade realmente faz aquilo que o povo merece e tem alcance para ser pagas.

Estamos estendendo este pedido ao nosso vizinho Município de Cândido de Abreu, para que tenha também a atenção por parte da Companhia de Habitação do Paraná, mais precisamente por parte do Luiz Cláudio Romanelli, que é o nosso Secretário Especial de Habitação do Estado do Paraná.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente ainda, concedo a palavra ao Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ultimamente temos falado muito em passar o Brasil a limpo, botando fim às corrupções e às irregularidades que acontecem em nosso País. Mas nós temos que discutir que essas irregularidades não ocorrem somente a nível federal, mas têm ocorrido em todos os níveis da administração pública. Às vezes a gente fica preocupado e diz: "não vamos discutir essa questão da cor-

rupção no nível da atuação estadual, vamos esquecer a nível federal, vamos discutir a nível de Estado, vamos esquecer os municípios".

Mas eu creio que a "Folha de Londrina" de ontem trouxe uma matéria que deve ser debatida em qualquer instância, uma matéria que diz respeito ao Procurador da Prefeitura Municipal de Curitiba, Senhor Geovani Gionedis que mora num terreno no Parque São Lourenço próximo a Pedreira, ao Teatro Paulo Leminski e o Teatro de Arame. Ao lado de sua casa tinha um terreno da Prefeitura Municipal de Curitiba de 680m². O ex-Prefeito Jaime Lerner desapropriou uma área na Santa Cândida para a instalação do bonde moderno, coisa que acabou não ocorrendo, e nesta área tinham vários terrenos, a um dos proprietários de terreno daquela área, um terreno de 375m² com fim da desapropriação a Prefeitura propôs a troca desse terreno pelo de 680. O de 680 terreno vizinho ao do Sr. Geovani Gionedis a diferença de valor entre um terreno e outro, foi simplesmente 5% em favor do terreno menor.

O que fez o Senhor Giovanni, isto foi uma preambulação para que ele pudesse comprar o terreno vizinho de sua casa para lá construir, e iniciou a sua construção em setembro do ano passado, quando somente a troca se deu na Câmara de Vereadores em dezembro de 1992, portanto a construção iniciou-se em cima de um terreno da Prefeitura, e ainda na matéria na "Folha de Londrina" o Sr. Geovani diz que começou a construir sem ter a licença da Prefeitura, sem ter alvará.

Isto ocorreu na administração passada e o procurador permanece na Prefeitura. A permuta, como eu disse, foi aprovada somente em dezembro e a construção já vinha sendo feita desde setembro.

Nós queremos desta Tribuna cobrar do ex-colega Deputado e hoje Prefeito desta Cidade, moralidade, e que sejam apuradas estas questões, por bem menos do que isso, ou por coisa idêntica o ex-Prefeito afastou o Diretor da COHAB por transações irregulares, e essa transação é totalmente irregular. Esse é um fato que temos que tornar público e cobrar que ele seja corrigido.

Uma outra questão importante que está se dando é um concurso que está publicado: "venha mostrar que Curitiba não é só verde, Curitiba de todas as cores". E é para pintura do tapume do antigo Quartel do CPOR onde será construído um Shopping, naquele espaço para que não deixe o tapume feio como muitos de nossa cidade. Faz-se um concurso para que os artistas plásticos de nossa cidade possam participar. No item 01 do regulamento, diz que o artista para participar deverá ter diploma de curso

universitário em Artes Plásticas ou Belas Artes.

Srs. Deputados, curso universitário para participar de um concurso. A questão que se coloca é a exigência do diploma, como se todo artista tem que ter diploma para participar de um concurso. Seria interessante a Prefeitura de Salvador fazer um concurso para os artistas ligados à música e exigir diploma universitário.

Provavelmente o "Grupo Olodum", conhecido mundialmente, não poderia participar. Será que Van Gogh tinha diploma universitário? Será que Picasso tinha? São interrogações.

A arte, a cultura não se aprende na escola, isso parece que o atual prefeito não aprendeu com toda sua cultura erudita.

Dentro do Horário da Liderança do PT, eu quero abordar um outro tema. Eu disse que o País tem que ser passado à limpo, mas não só o País, também às prefeituras, enfim todas as administrações.

O Governador do Estado propõe a mudança do IAP - Instituto Ambiental do Paraná e a CEMA, para o Município de Piraquara. E onde no município? No antigo complexo hospitalar de Piraquara que tinha cerca de 10.000 metros quadrados de edificações.

Queremos recordar a história disso aí.

Em 76 iniciou-se a obra de construção do Instituto Terapêutico de Piraquara, pela Campanha de Empreendimentos Hospitalares, que era construtora responsável pela obra e tal financiamento era pela Caixa Econômica Federal.

Em maio de 79 a 2.^a Vara da Fazenda decreta a falência da empresa construtora - Companhia de Empreendimentos Hospitalares, portanto as obras foram paralisadas.

Com a paralisação das obras e do funcionamento da parte pronta do hospital, os equipamentos foram retirados do local e a obra ficou conservada até 1.990.

Com a posse do atual governador todo esquema de segurança foi dispensado e o governo do Estado ao retirar, retirou tudo. Em 90 o Governo do Estado sem qualquer justificativa concedeu desapropriação de imóvel pelo Decreto 6.627/90.

Em março de 90, a Procuradoria Geral do Estado propõe ação ordinária de desapropriação por utilidade pública com a imissão provisória de posse nos autos 161/90. E de 90, quando foi desapropriado até 92, quando o atual governador assumiu, ele retirou toda segurança e aí foi depredado todo o imóvel. Foram furtadas janelas, portas, vasos sanitários, pias, tudo foi depredado e agora, ao propor a transferência do IAP para esse complexo, que poderia chamar de hospitalar falido, precisa um investimento de 30 bilhões de cruzeiros.

E nós aqui, perguntamos por que o ex-

-Governador e o seu ex-Secretário de Saúde, que não era nenhum santo, atual Deputado Delcino Tavares, cheio de processos como o ex-Governador, precisou desapropriar uma área, que foi declarada falência e que ao julgar muito provavelmente só se tornaria pública porque foi financiada pela Caixa Econômica, então pesa sobre essa área dois processos, um o de desapropriação e outro de falência. Não cabe ao governo do Estado investir 30 bilhões de cruzeiros numa situação de um prédio que está destruído e principalmente sob duas ações judiciais.

E mais, esse prédio poderá ser revertido ao serviço público. Se o Governador quer ceder o atual prédio, onde funciona o Instituto, ao Tribunal de Alçada, conforme se diz que foi promessa dele, com esses 30 bilhões ele pode iniciar outras construções, ele pode recuperar outras áreas públicas que estão obsoletas e não jogar dinheiro fora como este, como já jogou fora o ex-Governador Álvaro Dias, jogou fora não, deve ter jogado no bolso de alguém, que isto nós sabemos, das várias ações que têm, ao analisar as contas do ex-Governador, há cerca de dez dias atrás.

Portanto, se quisermos moralidade na questão pública, cabe ao atual Governador aprofundar a questão: foi justa e correta a desapropriação daquela área? De acordo com a juiz de Direito da Comarca de Piraquara, Dr. Cândido Francisco de Oliveira, diz o seguinte: "A massa falida, proprietária do imóvel, levou vantagem com a desapropriação feita pelo Estado do Paraná, porque dificilmente conseguiria desfazer da construção do terreno, mediante alienação a terceiros, dado o tempo de desativação do hospital e o tamanho do mesmo".

O juiz diz que o Estado levou prejuízo. O atual Governador coloca uma pedra em cima e investe mais trinta bilhões. Quem faz o discurso de moralidade deve apurar as irregularidades do ex-Governador, torná-las públicas e não acobertá-las e investir mais, fazendo com que alguns acusados de corrupção da ex-administração, sejam acobertados e se locupletem com mais e mais dinheiro que o atual Governador deixa vazar pelas torneiras, que ele abre.

E mais, a recuperação dessa área, seus trinta bilhões de cruzeiros não estavam no orçamento do Instituto, por ocasião que foi elaborado esse orçamento. Foi "a posteriori", por decisão do Senhor Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Pequeno Expediente ainda, Deputado Domingos Carvalho.

O SR. DOMINGOS CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É com frequência, quando assistimos a um programa de televisão, ou folheamos os jornais, ou ainda, através de cartazes, depararmos com notícias ou fotos de pessoas desaparecidas, principalmente crianças. Na maioria das vezes por seqüestro que acaba em morte, inclusive morte violenta.

Isto vem entristecer às famílias das pessoas desaparecidas e vem preocupar...

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Deputado Domingos, gostaria só de, não cortando a sua palavra, comunicar a presença aqui dos Excelentíssimos Senhores Embaixadores da Costa Rica, do Equador, da Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá.

Para isto, gostaria de suspender a Sessão por alguns minutos, para podermos receber esses Embaixadores de países vizinhos, após o que Vossa Excelência poderá continuar com o seu discurso.

Obrigado.

(Sessão suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Está reaberta a Sessão.

A palavra está com o Deputado Domingos Carvalho.

O SR. DOMINGOS CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para mim foi uma honra interromper o meu pronunciamento, para que o Plenário recebesse os Embaixadores da Nicarágua, Honduras, Equador, Guatemala, Costa Rica e Panamá e Consules Honorários do Equador e Honduras.

Dando seqüência ao meu pronunciamento, eu queria dizer o seguinte: nós sempre nos deparamos com notícias ruins, para nós e para todos, principalmente quando se fala de crianças desaparecidas e baseado nesses fatos, principalmente porque aqui no nosso Estado do Paraná, o índice de crianças desaparecidas é alarmante.

Baseado nisso, entrei com um Projeto de Lei há poucos dias, criando o "Dia Estadual do Resgate das Crianças Desaparecidas". Por quê? Porque eu acho que esse Parlamento não pode ficar omissa a fatos tão graves, e achei que tínhamos que dar uma contribuição e foi criado então esse dia, que na minha opinião, deve ser o dia 12 de outubro, porque já é um dia dedicado às crianças. Com isso, vamos dar uma contribuição às buscas, ao resgate dessas crianças. Com isso, vamos dar uma contribuição, sensibilizando os meios de comunicação, jornais, televisão, rádio e a nossa sociedade de um modo geral, através de palestras, debates, publicando as fotos das crianças desaparecidas em cartazes, jornais, televisão, etc.

Esse projeto já está tramitando nas nossas Comissões, brevemente deverá estar aqui neste Plenário, onde eu espero aprovação dos nossos Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Ainda no Pequeno Expediente, o Senhor Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Volto novamente à esta tribuna, para falar sobre a questão envolvendo a Polícia Militar do Paraná e os "Sem-Terra", que recentemente invadiram a Fazenda Santana, Município de Campo Bonito.

Preocupa-me muito, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o desdóbramento deste complicado episódio. Todos sabem que no ano de 1992, esta Assembléia Legislativa intermediou um acordo para resolver a primeira invasão na Fazenda Santana, pertencente à família Belledelli. Vale ressaltar aqui, a grande sensibilidade do Senhor Ovídio Belledelli, conforme o próprio Deputado Ovídio Constantino, reconheceu em seu pronunciamento na semana passada, que num gesto de grandeza, ouviu as ponderações do Governo do Estado e sentou-se à mesa para discutir uma solução, fato que ocorreu e que foi amplamente divulgado.

O Governador Roberto Requião, naquela ocasião, inclusive, deixou de atender a uma ordem judicial, para fazer o despejo dos invasores, colocando-se favorável a um acordo pacífico, criando com essa firme posição, a ira dos grandes proprietários rurais da região.

Contudo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, valeu a posição do Governador Roberto Requião e nós pudemos então testemunhar a assinatura de um acordo formalizado entre as partes envolvidas, promovido por esta Assembléia Legislativa do Paraná.

O que querem agora, os líderes do Movimento "Sem-Terra", auxiliados por alguns políticos, é criar um fato político, tentando chamuscar a imagem do Governador Roberto Requião.

Não foi o nosso Governador e muito menos a Polícia Militar do Paraná, que rompeu o acordo e de forma irresponsável e leviana, invadiu o remanescente da Fazenda Santana e em ato contínuo, cometeu um crime reprovável sob todos os aspectos, tirando a vida de três homens da Polícia Militar.

Todos nós sabemos, que de fato, quem motivou esses acontecimentos foram os "sem-terra", que rasgaram o acordo e jogaram na lata do lixo, traíram a palavra e deu nisso tudo. Não venham agora, jogar a culpa em quem nada deve. Aliás, muito pelo contrário, o Governador Roberto Requião,

buscou sempre solucionar de forma pacífica os problemas fundiários do Paraná, negando inclusive o uso de força policial, em diversas ocasiões determinadas pelo Poder Judiciário do Paraná.

É muito menos a Polícia Militar do Paraná, que tem tratado de questões de invasão obdecendo rigorosamente a orientação do Governador Roberto Requião, que é para agir com cautela e ponderação. O desdobramento do assassinato dos três soldados da Polícia Militar, gerou uma ampla revolta em todo o território nacional especificamente no Oeste do Paraná, e sobretudo em Campo Bonito.

Nós, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que somos favoráveis à reforma agrária, visando fazer justiça para muitas pessoas que hoje perambulam sem ter onde trabalhar e onde morar, nas periferias das cidades do Paraná e do Brasil, achamos que é necessário proceder uma ampla e justa reforma agrária, fornecendo terras, para aqueles brasileiros efetivamente "sem terra", ensejando assim, fazer justiça. Há tantas pessoas penalizadas pelo sistema que jogou na miséria e no absoluto abandono, milhões e milhões de seres humanos em nosso País. Outro fato, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que me chamou a atenção e que me causou apreensão, foi a preocupação do Ministro da Justiça, Senador Maurício Correa, que prontamente nomeou uma Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, formada por um representante da Procuradoria da República, um representante da Associação Brasileira de Imprensa e pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, para fazer uma ampla investigação sobre todos os fatos dessa horrível ocorrência referente à Fazenda Santana.

Porém, as informações que temos, é que essa Comissão, não tem levado em consideração as ponderações da Polícia Militar do Paraná e até mesmo da população de Campo Bonito, e muito menos quis saber os detalhes de como se deu a trágica morte dos três homens da Polícia e tem buscado encontrar explicações apenas nas ações dos militares na questão da morte do Senhor Diniz Bento da Silva, popular Teixeira. Inclusive, nem mesmo o depoimento da jornalista Ivonete Dainese e do jornalista Ademir Cridelari, pertencentes a TV Naipi, de Foz do Iguaçu, que presenciaram o desenrolar de todas as ações da Polícia Militar no momento em que, tentavam deter o Teixeira, cumprindo uma determinação judicial, oriunda da Comarca de Guaraniaçu, foi levado em consideração.

Parece-me, Senhor Presidente, pelo que temos acompanhado na Imprensa e pelo que temos sido informados, que só existe uma versão para os fatos, aquelas apresentadas

pelo Movimento Sem Terra, e isto tem nos trazido uma preocupação muito grande, pois temos acompanhado a situação desde o início e sabemos em detalhes o que se passou na Fazenda Santana em Campo Bonito.

Temos a impressão de que a idéia é transformar o Teixeira num segundo Chico Mendes, líder dos seringueiros no Norte do País. Em Campo Bonito, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a intranquilidade é completa. Aquela população, ordeira, digna e trabalhadora, vive momentos de agitação e perplexidade. O índice de criminalidade aumentou de uns tempos para cá em mais de 400%, segundo dados da Delegacia de Polícia da localidade.

A Prefeitura Municipal, em que pese se tratar da mais pobre do Oeste do Paraná, teve suas despesas terrivelmente acrescidas, tendo em vista o apoio maciço dispensado aos assentados da Fazenda Santana. O Governo do Estado por sua vez tem sido generoso e operoso. Tanto é verdade que já providenciou a licitação para a perfuração de 3 poços artesianos, nas áreas do assentamento, 3 escolas, sementes para viabilizar a plantação, remédios, saúde, cesta básica mensalmente e outros tantos benefícios, sempre com o objetivo de propiciar melhorias de condições de vida a todas as pessoas que ocupam parte da Fazenda Santana.

Por isso é que até agora, não conseguimos entender o porquê, de os sem terras, terem rompido o acordo, descumprindo a palavra empenhada e invadiram o remanescente da Fazenda, e em consequência gerando toda essa situação, e o que é pior, deram um golpe fatal no próprio Movimento Sem Terra do Paraná e do Brasil. Depois deste episódio, sem sombra de dúvida, ficará graves cicatrizes. Agora querem inverter os fatos, fazendo com que o criminoso, passe por vítima e vice-versa, e ainda tem gente que está acreditando nesta conversa. Não podemos concordar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, esteja solicitando o afastamento do Coronel Walter Pontes, e de alguns de seus subordinados. Por quê? Será que foi porque o Coronel Walter Pontes, comandante do 6º Batalhão da Polícia Militar de Cascavel, teve 3 de seus melhores homens mortos covardemente, quando faziam um trabalho rotineiro? Será que o motivo é que o Coronel Walter Pontes, buscou cumprir a determinação do Juiz de Guaraniaçu, de prisão preventiva de todos os envolvidos no bárbaro e cruel crime que abalou a todo o País? Não consigo entender e muito menos a prática da referida comissão criada pelo Ministro da Justiça, que claramente procurou dar parcialidade nos levantamentos dos detalhes.

O que queremos é a verdade, pura e cristalina, sem meias verdades, sem distorções, sem chavões que já conhecemos, sem querer inverter a situação. A verdade precisa prevalecer e a justiça tem que imperar. Quem errou que pague pelos seus erros. Quem pecou que pague pelos seus pecados.

E que a justiça seja feita, em relação a postura do Governo do Estado, não só no episódio pavoroso e triste, que estamos comentando, porém em todos os atos referentes, a invasões de terra no Paraná.

O Movimento Sem Terras, precisa é elogiar, enaltecer a postura do Governador Roberto Requião, que tem sido inquestionavelmente em favor de se fazer justiça no campo. Contra injustiças e por uma nova ordem na questão judiciária desse País, ao invés de quererem atacar, gerar dificuldades, seria conveniente dar sustentação política para que o Governador continue nessa cruzada de defesa dos interesses do Movimento Sem Terras, que é de propiciar acesso à terra a todos os agricultores desse País, que não possuem onde instalar-se e conseqüentemente tirar o sustento de sua família.

Senhor Presidente requero o horário da Liderança do PMDB.

(Assentimento)

Por isso Senhor Presidente, Senhores Deputados encerro aqui o meu pronunciamento, um pronunciamento colhido de informações diárias lá em Campo Bonito, Cidade que eu tenho prazer de representar nesta Assembléia, e que os fatos deste episódio lamentável não sejam distorcidos, que não procure jogar o Governo do Estado como culpado desta situação, porque não o é. Quem gerou todos esses fatos foram aqueles sem terras, uma minoria na verdade que descumpriram a palavra, que saíram da fazenda e lá fizeram com que três soldados da Polícia Militar tombassem covardemente mortos de forma das mais cruéis. Esta é a nossa exigência, para que a justiça seja feita e estou dando entrada juntamente com outros Deputados nesta Assembléia um pedido de criação de uma CPI, para que os fatos deste lamentável episódio sejam apurados, para que a Sociedade Paranaense e Brasileira fique de forma muito clara conhecendo o que de fato aconteceu na Fazenda Santana no Município de Campo Bonito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - (LÊ):

"Senhor Presidente, Nobres Pares.
O Porto de Paranaguá completou nesta

quarta-feira, 58 anos como Porto "Organizado". Ele chega a essa idade cheio de história e heroísmo, conhecido até internacionalmente, como "Grande Porto Brasileiro".

Porto que tem um passado lastreado no amor, no sacrifício e na determinação de muita gente. Um Porto, finalmente, adulto, que atingiu sua maioridade no mesmo passo e hora da maioridade do Estado.

Esse Paraná que se fez grande pela produção e qualidade do seu café, pelo aumento de suas áreas agricultáveis, pela melhoria constante de seu solo, pela diversificação de seus bens exportáveis e pela economia que a agricultura plantou e a indústria consolidou.

É um Porto que já ultrapassou os 11 milhões de toneladas ano.

O Porto de Paranaguá está chegando aos 58 anos de idade como terminal organizado às vésperas de algumas mudanças que têm em vista a racionalidade, a agilidade, o barateamento dos custos e a segurança das cargas embarcadas e desembarcadas em suas instalações.

Nesse clima de aniversário que mistura diversas épocas é importante que rememoramos a participação de superintendentes da estirpe de Américo Gorenzen, passa pelo Doutor Artigas, Eugênio José de Souza - o Genico - Arthur Miranda Ramos, Alfredo Jorge Budant, Didio de Camargo Viana, Luiz Antonio Amatuzzi de Pinho, Olivio Zanella e Álvaro Bittencourt Lobo Filho.

A presença sempre importante de seus administradores nos indica que é oportuno citar à classe de trabalhadores, do homem simples e macho que corria pelo tombadilho e pelos porões, saído dos inúmeros trapiches. Porque foi com os trapiches que o terminal de grãos mais famoso do Brasil, começou. Trapiches da "Paraná - São Paulo", do Rocha, dos Guimarães, da Santista, nos quais eram manuseadas cargas como madeira bruta, o café, a erva-mate (em barricadas ou não) e muito trilho, enquanto na ponte da Alfândega o mesmo acontecia com louça, arame farpado, vidro e carvão.

Começamos a nos fazer Porto a partir desses trapiches.

A partir daí a estiva que reunia inclusive os trabalhadores terrestres começou a se unir (chegou a existir 3 estivas em Paranaguá) e eu não poderia deixar de mencionar nomes de estivadores que se notabilizaram como Osmar Pereira, João Batista da Costa, Naziazeno Florentino dos Santos, Heitor Souza, Ariovaldo Carvalho de Oliveira, Antonio Maia, chegando até o bom e competente Isaías que hoje tão bem dirige o sindicato dos estivadores.

Quando dos tempos da utilização dos trapiches quase não existiam recursos, as

dificuldades começavam a partir da amarração do navio feita por baterias e dois homens obrigados a aparar os cabos molhados e pesados. Depois a operação, o transporte por vagonetes, dois ou três guindastes a fogo e pequeníssima capacidade e os pouquíssimos vagões empurrados por alavancas.

O Porto não tinha então, mais do que 400 metros de cais acostável.

Hoje somos quase 3.000 metros, que movimentam as chamadas cargas secas, produtos inflamáveis, além de um espaço para navios "ro-rô" ("roll-on-roll-off") com um instrumental de trabalho que vem assegurando eficiência, graças a qualificação do pessoal portuário e a participação impulsionadora das várias agências de navegação, instaladas no retro-porto.

Nessa homenagem que faço, não posso deixar de evocar figuras como Domingos Torres, Ezequiel Pinto da Silva, Henrique Gutierrez, Ismael Alves Pires, Antônio José Sant'Anna Lobo Neto, Anastácio Magafá, Dirceu Henrique Budant, Antônio Augusto de Souza, Paulo Vanke, Deobaldo Wilson Storrer, Leocádio Henrique, Acir Gabardo, Nilson Viana, entre muitos outros (que se considerem homenageados também) que deram, ou estão dando muito de seu entusiasmo, de suas inteligências e de suas vidas, em favor da APPA.

Como parnanguara e na condição de Deputado, sei que nosso terminal tem deficiências que precisam ser corrigidas. Acho que precisamos melhorar o acesso por terra e por mar, inclusive mantendo uma cota mínima constante de 14 metros. Precisamos concluir o terminal de containers, da mesma forma que precisamos da conclusão dos 350 metros de cais recentemente terminados.

Precisamos dar ao terminal totais condições não apenas em termos de equipamentos, mas fundamentalmente de pessoal. É necessário que a Superintendência prestigie os verdadeiros portuários, os que têm cheiro de maresia e o Governo deixe de utilizar como encosto de incompetentes.

Evidentemente temos uma grande preocupação com o crescimento desse terminal, por isso temos lutado, a partir desta tribuna, para a criação da zona de processamento de exportação - ZPE - entre outras pretensões. Da mesma forma que não canso de enaltecer a FERROESTE pela decidida influência que terá na vida econômica do nosso porto.

Ao vermos o Porto de Paranaguá completar 58 anos de existência como terminal organizado, quero agradecer todos aqueles que, ao longo dos anos, dedicaram suas vidas para que o nosso terminal chegasse ao lugar que está.

Ao fazer o registro quero cumprimentar Sua Excelência, o Governador Roberto Re-

quião, o Senhores Secretário dos Transportes Mário Pereira, e o Superintendente Mário Marcondes Lobo.

Parabéns!"

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Deputado Doutor Rosinha usou a tribuna citando o fato que envolve o Procurador Geral do Município Giovani Gionédís em relação a possíveis irregularidades com relação à compra de um terreno.

Na verdade, deve ter esquecido o nobre Deputado Dr. Rosinha de citar que a Câmara Municipal de Curitiba, dos seus 33 Vereadores montou uma Comissão Especial para apurar essas possíveis irregularidades.

Entendemos perfeitamente do papel que cumprimos nós aqui quando cobramos as ações do Governo do Estado e do direito do Parlamentar de fazer essas cobranças. Só que deveria o Dr. Rosinha ter citado isso, de que a Câmara constituiu uma Comissão e que todos os Vereadores da Bancada do PDT assinaram esse documento para a constituição dessa Comissão.

Eu tenho em mãos a resposta do Procurador Geral do Município de Curitiba às denúncias que lhe foram feitas através do Vereador Jorge Samek do Partido dos Trabalhadores.

Resposta essa, inclusive, já encaminhada à própria Comissão da Câmara Municipal de Curitiba.

(Lê):

"RESPOSTA DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA GIOVANI GIONÉDIS ÀS DENÚNCIAS QUE LHE FORAM FEITAS.

1. Com indignação tomei conhecimento da matéria veiculada no Correio de Notícias de 16/03/93, pág. 3, com o título "Piscina em terreno público", e com o subtítulo "Jorge Samek, Vereador do PT, denuncia o escândalo: foi Jaime Lerner quem autorizou o Procurador Giovani Gionédís a construir a piscina", na qual fui acusado de ter construído uma piscina e churrasqueira em terreno do Município de Curitiba.

2. Esclareço por primeiro que os fatos nela narrados são totalmente inverídicos, além de caluniosos, difamadores e injuriosos, o que motivará, de minha parte, o ajuizamento, nos próximos dias, das medidas judiciais adequadas contra os responsáveis.

3. Conforme ficará demonstrado nesta resposta, as acusações têm unicamente cu-

nho sensacionalista e político, buscando denegrir minha imagem, sem antes buscar a verdade dos fatos.

A Realidade dos Fatos

4. As permutas de áreas do Município de Curitiba ocorrem nos casos de imóveis de terceiros declarados de Utilidade Pública. Instaurado o processo para a desapropriação, o Município através da Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Patrimônio, busca junto aos desapropriados o pagamento da indenização de forma amigável. Uma das formas de pagamento é a permuta de áreas. O Departamento de Patrimônio oferece ao desapropriado determinado terreno de sua propriedade e que não possui finalidades sociais em troca do imóvel desapropriado. São feitos laudos de avaliação pela Comissão de Avaliação de Imóveis - CAI vinculada ao Departamento de Patrimônio, nos imóveis, e, concordando o desapropriado é feito pelo Departamento de Patrimônio o termo de concordância. Após é encaminhado projeto de lei à Câmara Municipal de Curitiba, que a vista dos elementos fornecidos, aprova ou não a permuta.

5. A Procuradoria Geral do Município não participa de qualquer fase do processo de permuta de áreas, sendo que o encaminhamento do processo à mesma, somente ocorre para a escrituração da permuta após terem sido processados todos os trâmites legais da permuta, inclusive com a Lei autorizatória.

6. Ora, nos termos da própria matéria veiculada no dia 16 de março de 1993, na Rua Cel. João Cândido Murici, o Município de Curitiba possuía dois lotes de n.ºs 29 e 30, ambos com as mesmas dimensões.

7. O lote de terreno n.º 29 da citada rua, através do processo n.º 4855/87, foi legalmente permutado entre o Município de Curitiba e o Senhor Marcel Dominique Granier, sendo que o imóvel foi avaliado pela Comissão de Avaliação de Imóveis - CAI por 23.448,39 BTN's, e a permuta autorizada pela Lei Municipal n.º 7658.

8. O lote de terreno n.º 30 da citada rua, através do processo n.º 68364/90, foi legalmente permutado entre o Município de Curitiba e Senhor Osmar Alves Ferreira, sendo que o imóvel foi avaliado pela Comissão de Avaliação de Imóveis - CAI por 24.505,80 BTN's, e a permuta autorizada pela Lei Municipal n.º 8084.

9. Ambas as Leis foram votadas pela Câmara Municipal de Curitiba, votação inclusive da qual participou o Vereador denunciante e foro competente à época para discutir o valor das permutas.

10. Somente tomei conhecimento que estava sendo permutado o imóvel pelo novo

adquirente Senhor Osmar Alves Ferreira, quando o mesmo compareceu no imóvel, vizinho a minha residência, para conhecê-lo.

11. Ante a vontade do novo adquirente em vender o imóvel, adquiri dele o mesmo através de compromisso de compra e venda, pagando o preço de mercado na ocasião, através de cheque nominal, cujos documentos encontram-se em meu poder.

12. O fato do imóvel ainda constar no Registro Imobiliário como sendo do Município de Curitiba, deve-se tão somente a não ter sido ainda registrada a escritura pública de permuta, um ato meramente formal, que não tira a legitimidade e propriedade do Senhor Osmar Alves Ferreira. Frise-se ainda que o próprio lote n.º 29, permutado em 1990, somente teve sua situação legalizada junto ao Registro Imobiliário no início de 1993, e sobre o mesmo já encontra-se construída também uma residência que teve início em 1992.

13. Tem-se assim, que ao contrário do afirmado maldosamente na matéria jornalística, o imóvel não pertencia mais ao Município de Curitiba, e sim ao permutante Senhor Osmar Alves Ferreira.

14. A transação realizada entre o Senhor Osmar Alves Ferreira e minha pessoa, diz respeito a mera compra e venda, inexistindo qualquer vedação legal ou ilegalidade para a sua realização. Adquiri um imóvel de terceiro que não mais pertencia ao Município, pela permuta acordada e realizada.

15. Por outro lado, é totalmente improcedente e inverídica a afirmação de prejuízos financeiros ao Município de Curitiba, eis que na permuta de áreas não incide qualquer pagamento de preço e sim simples troca de imóveis.

Motivação meramente política

16. Não tenho dúvida nenhuma que a campanha sórdida, que se desenvolve, tem cunho meramente político, na busca de difamar e denegrir minha imagem, talvez contrariados com as medidas que sempre adotei visando preservar os interesses da administração municipal.

17. No próprio dia em que o jornal divulgava a notícia difamatória, distribuíam-se nas proximidades da Prefeitura, panfletos contra a minha pessoa, de responsabilidade do PT.

18. O vereador denunciante já responde a processos criminais, eis que em tempos passados também atacou membros da administração municipal. É assim contumaz na prática de atos que visam apenas denegrir a imagem de pessoas.

19. Saliente-se como ficou demonstrado que o Município de Curitiba também permutou o lote de terreno n.º 29, no mesmo lo-

cal, com valores semelhantes, do qual o vereador e o jornal não levantam qualquer suspeita. Tal fato não seria porque aos responsáveis não interessa a legalidade, mas apenas a represália sórdida contra minha pessoa?

20. Evidente que tal campanha jornalística e distribuição de panfletos, somente pode ser compreendida por motivações meramente políticas, mesmo porque conforme demonstrou-se as acusações são totalmente infundadas.

21. Portanto, demonstrado que adquiri regularmente o imóvel, sem qualquer imoralidade administrativa, o que aliás não aceito, pois sempre pautei minha conduta na vida pública e privada, pelos princípios morais e cristãos, evidentemente que não tenho nenhum impedimento de nele construir as benfeitorias que quizer e meus ganhos permitir.

22. Concluo afirmando que credito à imprensa e a todas as pessoas meu profundo respeito, não podendo entretanto aceitar passivamente calúnias, difamações e injúrias, através de uma campanha orquestrada e que debito àqueles que, com ódio no coração, não aceitam aquilo que pratico na administração pública, ou seja, a aplicação dos princípios constitucionais previstos no art. 37, principalmente o da moralidade.

23. Espero que ao término das providências judiciais que adotarei e das próprias providências solicitadas pelo vereador denunciante, o jornal "Correio de Notícias" noticie, com o mesmo estardalhaço, os resultados.

Atenciosamente.

(a) GIOVANI GIONÉDIS"

Tenho certeza absoluta que nem eu, muito menos o ex-Prefeito Jaime Lerner, teriam interesse em beneficiar alguém da nossa administração, porque como disse o Vereador, o ex-Presidente da COHAB, Douglas Benchi, foi afastado de suas funções.

Aguardamos com muita ansiedade que a Comissão Especial formada pela Câmara dos Vereadores traga o resultado dos levantamentos. Se houver alguma irregularidade, tenho certeza que os caminhos para se cobrar serão procurados. Mas tenho certeza que tudo será esclarecido através desta Comissão da Câmara Municipal constituída com o voto de 30 dos 33 Vereadores, inclusive de toda a Bancada do nosso Partido, o PDT.

Quero aproveitar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para registrar com muita satisfação e constar dos Anais desta Casa, a transcrição do Editorial do jornal "O Estado do Paraná" do último dia 14, sob o título: "Sugestões a Itamar", onde o articulista põe na prática uma série de su-

gestões ao Presidente da República, para que se retome a situação deste País, para a melhoria do quadro geral do povo brasileiro.

Ao mesmo tempo em que venho aqui nesta tribuna lamentar que Sua Excelência, o Presidente da República tenha enviado ao Congresso Nacional uma verba extraordinária, na casa de alguns bilhões de cruzeiros, para sustentar a aposentadoria dos Congressistas - coisa que acabamos aqui nesta Assembléia e que acabamos na Câmara Municipal de Curitiba.

É profundamente lamentável que isto ocorra a nível de Congresso Nacional, o que prova mais uma vez - com raríssimas exceções - que lá estão homens que dão seus votos em troca de alguns benefícios próprios. É lamentável e tenho certeza que este fato vai gerar ainda muita polêmica entre as classes políticas, partidos políticos, entre a sociedade, que não admitem que o dinheiro do cofre, do Tesouro da Nação, seja desviado para atender aposentadoria de Parlamentares, quando o povo aí fora passa fome, não tem casa para morar e está desempregado.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Questão de Ordem, Senhor Presidente.

Requeiro a Vossa Excelência verificação de quórum para ver se há possibilidade de prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Primeiro quero registrar o meu protesto pela forma com que a Mesa tem desrespeitado o Regimento Interno e a ordem de inscrição dos Parlamentares para o uso da tribuna no Grande Expediente.

Entendo que todos os Deputados são iguais e existe uma ordem, os Deputados que não querem usar a tribuna, que declinem deste direito e se chame o Parlamentar subsequente. Isto é uma questão de respeito, porque todos os Parlamentares são iguais.

Em segundo lugar, quero pedir ao ilustre Deputado que formulou o pedido de verificação de votação, que retirasse o seu pedido.

Se era do interesse em não ver aprovado o projeto que está na pauta, já existe emenda sobre o projeto e ele não será apreciado hoje. Mas existe um Requerimento da mais alta relevância que pede a formação de uma Comissão Especial para acompanhar a construção do gasoduto que liga a Bolívia ao Brasil, do mais alto interesse do Paraná, e entendo que é impor-

tante que a Assembléia Legislativa forme esta Comissão.

No encaminhamento da votação iremos esclarecer aos Senhores Deputados.

Então, faço este apelo, até porque já temos o terceiro dia consecutivo sem quórum e a sociedade nos exige um pouco mais do que a Assembléia vem apresentado - aliás, nós estamos sendo pagos para isso.

Então eu faço este requerimento para o ilustre colega Trevisan, para que ele retire a sua Questão de Ordem, já que o projeto em pauta não será apreciado no dia de hoje.

O SR. OSWALDO TREVISAN (**Explicações Pessoais**) - Entendo como Vossa Excelência, que se trata de requerimentos importantes e projetos importantes, em assim sendo, eu também entendo que devam ser apreciados pela maioria deste Plenário.

Como é evidente que não temos quórum nem para apreciar, com todo respeito mantenho o meu pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**) - Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda a Chamada Nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Anibal Khury**) - (**Procede a Chamada Nominal**).

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**) - Doze Senhores Deputados responderam a chamada.

Não há quórum para o andamento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 372/92.

Levanta-se a sessão.

ALEP - SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM CELEPAR
BALANCETE FINANCEIRO

REF. - SCM245

PAG. - 1

ÓRGÃO: ASSEMBLÉIA LEGISL. DO EST. DO PARANÁ

B09

DATA - 26.02.93

NO MÊS

ATÉ O MÊS

R E C E I T A

ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS CORRENTES

Receita tributária	0,00	0,00
Receita de contribuições	0,00	0,00
Receita patrimonial	0,00	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00
Receita de serviços	0,00	0,00
Transferências correntes	37.650.000.000,00	69.000.000.000,00
Outras receitas correntes	0,00	0,00
	37.650.000.000,00	69.000.000.000,00

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de crédito	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	0,00
Transferências de capital	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00
	0,00	0,00
	37.650.000.000,00	69.000.000.000,00

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Débitos de tesouraria	306.388,39	3.879.125,39
Depósitos de diversas origens....	334.424.618,75	476.122.907,63
Depósitos extraordinários	9.635.408.952,46	17.006.629.478,76
Acordos e Convênios	0,00	0,00
Contas a regularizar	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
	9.970.139.959,60	17.486.631.511,78

SALDOS DO MÊS ANTERIOR

Caixa	0,00	0,00
Bancos conta movimento	27.958.008.628,98	18.976.660.464,74
Bancos conta vinculada	0,00	0,00
Conta aplicações financeiras....	0,00	0,00
Conta poupança	0,00	0,00
	27.958.008.628,98	18.976.660.464,74

T O T A L 75.578.148.588,58

105.463.291.976,52

ALEP - SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM
BALANCETE FINANCEIRO

REF. - SCM245
PAG. - 2
DATA - 26.02.93

ÓRGÃO: ASSEMBLÉIA LEGISL. DO EST. DO PARANÁ

B09

NO MÊS

ATÉ O MÊS

DESPESA

ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS CORRENTES

Despesas de custeio	21.775.256.479,66	41.572.534.276,66
Transferências correntes	8.000.667.738,27	14.645.280.458,35
	29.775.924.217,93	56.217.814.735,01

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
	0,00	0,00

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Restos a pagar		
Pagamentos.....	334.699.809,86	914.947.708,46
Cancelamentos.....	0,00	0,00
	334.699.809,86	914.947.708,46
Débitos de tesouraria.....	0,00	0,00
Depósitos de diversas origens.....	0,00	0,00
Depósitos extraordinários	4.419.582.603,06	7.282.587.575,32
Acordos e convênios	0,00	0,00
Contas a regularizar	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
	4.419.582.603,06	7.282.587.575,32
	4.754.282.412,92	8.197.535.283,78

SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE

Caixa	0,00	0,00
Bancos conta movimento	41.047.941.957,73	41.047.941.957,73
Bancos conta vinculada	0,00	0,00
Contas aplicações financeiras	0,00	0,00
Conta poupança	0,00	0,00
	41.047.941.957,73	41.047.941.957,73

T O T A L.....75.578.148.588,58

105.463.291.976,52

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Diretor do DAT

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coord. de Contabilidade